



## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE**

### **ATA Nº: 3 – Terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, realizada no dia 22 de junho de 2018**

No dia vinte e dois de junho do ano de dois mil e dezoito, pelas nove horas, nesta vila de Montalegre, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a terceira sessão ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

**1 – Apreciação e votação da ata da 2ª sessão ordinária do dia 30 de abril, do ano 2018.**

**2 – Expediente para conhecimento.**

**3 – Período Antes da Ordem do Dia.**

**4 – Período da Ordem do Dia:**

**4.1. Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25º, e n.º 4, do artigo 35.º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;**

**4.2. Relatório de Contas Consolidadas – 2017;**

**4.3 Informação relativa aos compromissos plurianuais assumidos no ano económico de 2018/ Artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei n.º 22/2015;**

**4.4. Pedido de apoio financeiro, formulado pela Junta de Freguesia de Ferral, destinado a suportar a despesa com a realização do programa do Evento Misarela 2018;**



## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE**

**4.5. Pedido de apoio financeiro, formulado pela União de Freguesias de Viade de Baixo e Fervidelas, destinado a apoiar as despesas com as obras de remodelação da Extensão de Saúde de Viade de Baixo;**

**4.6. Pedido de apoio financeiro, formulado pela freguesia de Santo André, destinado a apoiar as despesas com as obras de beneficiação da Piscina de Santo André;**

**4.7. AMAT/ Relatório de Gestão e Contas / Ano financeiro 2017;**

**4.8. CIM Alto Tâmega / Relatório de Gestão e Contas / Ano financeiro 2017;**

### **5 – Período após a ordem do dia.**

Efetuiu-se o registo das presenças, tendo-se verificado que estavam presentes quarenta e seis membros, à exceção dos deputados Ana Isabel Dias, António Eduardo Santos, Ana Maria Martins, João Surreira e Rui Pedro Gonçalves.

Justificaram as faltas à sessão anterior os deputados Ana Maria Martins, Jorge Lestra, Maria Gorete Barroso e Lúcia Jorge.

Além do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Manuel Orlando Fernandes Alves, estiveram presentes os Senhores Vereadores António Gonçalves Araújo, Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves, Paulo Jorge Miranda da Cruz e José Moura Rodrigues.

Registando-se quórum, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão.

### **1 – Apreciação e votação da ata da 2ª sessão ordinária do dia 30 de abril, do ano 2018.**



## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE**

A ata da sessão ordinária do dia 30 de abril de 2018 foi posta à consideração, tendo as deputadas Sandra Gonçalves e Iva Rebelo feito alguns reparos.

A deputada Sandra Gonçalves disse que na transcrição da sua intervenção está escrito que o parque de Salto foi intervencionado no valor de 1.460,00€ e não foi esse o valor. O valor é 14.600,00€. Há uma discrepância de 10.000,00€ e convém alterar.

A deputada Iva Rebelo entregou o seguinte documento à Mesa: "Foram omitidas da ata nº: 2 de 30 de abril de 2018 as seguintes declarações, proferidas pelo Sr. Presidente da Câmara, considerando que são de extrema importância, foram proferidas como tal deveriam constar na respetiva ata. Passo a citar: "O dimensionamento de que falei é do que tenho conhecimento, se é esse ou maior não me importa. A verdade é que quando chega aquele ponto as descargas vão automaticamente para o rio, e não é nos tempos mais próximos que se vai fazer uma nova ETAR em Montalegre, mas a descarga já é outra questão que é com as Águas do Norte e não com o município. No que nos diz respeito, Salto e S. Vicente é para fazer, o grande problema que existe é igual em todos os concelhos, já as Águas do Norte nos dizem, "cuidado vejam bem que está a entrar uma quantidade exagerada de água", e nós temos de pagar as águas pluviais que entram como se fossem águas residuais, sendo estas em excesso vão dar origem ao disfuncionamento da Etar, como vamos resolver, não é fácil e não há dinheiro". Assinado, a deputada municipal Iva Rebelo."

O Senhor Presidente da Assembleia não considerou a intervenção da deputada Iva Rebelo uma vez que a mesma entregou uma alteração à ata de uma intervenção feita por terceiros.

Posta a votação, a ata foi aprovada por maioria com uma abstenção.

### **2 – Expediente para conhecimento.**



## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento do expediente recebido.

Esclareceu que o Regimento da Assembleia Municipal obriga a que a convocatória enviada para os representantes dos grupos parlamentares seja feita em carta registada. Propôs que, se houver autorização dos restantes deputados, a convocatória e toda a documentação possa ser enviada por correio eletrónico. Desta forma, evitava-se o gasto de papel e seria muito mais eficaz.

A Assembleia tomou conhecimento

### **3 – Período Antes da Ordem do Dia.**

Inscreveram-se para intervir os deputados José João Moura, Duarte Gonçalves, João Soares, José Fernando Moura, Sandra Gonçalves, Iva Rebelo, Nuno Pereira, Jorge Lestra, João Carlos Rodrigues, Pedro Barroso, Manuel Rebelo e Rui Cruz.

O deputado José João Moura disse que Montalegre devia seguir o exemplo de concelhos vizinhos e dar comparticipações financeiras aos bebés nascidos ou adotados no concelho. A coligação " Força da Mudança" tinha uma proposta de atribuição de 1.000,00€ por cada criança nascida no concelho que seriam gastos na economia local. Boticas já atribui esse subsídio às famílias desde 2009, para além de apoios dados aos estudantes que estão a frequentar o ensino superior e comparticipações a idosos. No caso da Póvoa de Lanhoso, dão 500,00€ ao primeiro filho e 1.000,00€ no segundo filho.

Disse que o Presidente do PSD, Rui Rio, anunciou que se comprometia em dar 10.000,00€ por cada filho e creches gratuitas a partir dos seis meses de vida. Uma vez que o concelho de Montalegre está cada vez mais desertificado, devia-se ter em conta estas medidas.

O deputado Duarte Gonçalves congratulou-se com a iniciativa das festividades do dia do concelho, nomeadamente pelo fórum "Os desafios do presente na construção do



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

futuro". Todos juntos podemos conseguir melhores resultados. Não podendo estar presente custa-lhe falar sobre ele, mas vendo de fora para dentro pareceu-lhe muito intelectual e com grande participação de gente da terra.

Frisou que as freguesias invadidas pelas barragens deviam ser ressarcidas do dinheiro dado pela EDP. Evitava que as freguesias andassem sempre a pedir dinheiro à autarquia. Haveria prioridades que as próprias freguesias podiam delinear.

Disse que o papel da oposição é criticar e estar atento. Foi esse o objetivo para o qual foram eleitos. A oposição já apresentou propostas sérias e construtivas que foram negadas pelo executivo.

O deputado João Soares disse que leu no jornal uma notícia com o título "Presidente em Tribunal" e chegou a pensar que já não o ia encontrar aqui hoje.

Disse que, no dia do Município, gentes do interior e de concelhos vizinhos deram o seu testemunho pois as preocupações são semelhantes às nossas. Foi pena que muitos faltassem.

Relembrou que há um ano atrás se realizou o Trail do Volfrâmio na Borralha com 400 visitantes de todo o País que deixaram o seu dinheiro no concelho. Disse que o sucesso foi tanto que este ano teve que ser limitado a 640 pessoas e todos os restaurantes do Baixo Barroso estão cheios. Espera que este sucesso não seja denegrido pois é bom para o concelho.

O deputado José Fernando Moura disse que é normal que, com a construção da estrada de Montalegre aos limites do concelho, haja constrangimentos e transtornos para os utilizadores, mas não se pode permitir que a empresa faça intervenções sem a devida sinalização. Sabe que o Presidente da Câmara já chamou a atenção da empresa para esse facto.

Disse que Montalegre vai receber o Europeu de Parapente e julga ser necessário um acesso ao Larouco pelo lado nascente. Serve o parapente, os bombeiros e a população.



## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE**

A deputada Sandra Gonçalves entregou o seguinte à Mesa: " Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Exmos. Senhores Vereadores, Exmos. Senhores deputados, meus senhores e minhas senhoras: na última assembleia municipal expus a situação escandalosa do estado em que se encontra a Escola Primária de Salto, recentemente beneficiada com obras. A associação de pais do Baixo Barroso já informou formalmente o Município do estado em que se encontra a Escola e ainda não obteve resposta. A DGEST já efetuou a vistoria ao edifício? Já foi acionada a garantia junto ao empreiteiro? Ou vai acontecer como tantas obras deste concelho que necessitam de intervenções constantemente e o povo é que paga?

No que diz respeito às férias escolares deste verão, o município tomou a iniciativa e muito bem, de criar atividades nas férias para as crianças, apenas da parte da tarde e somente no mês de julho. E no mês de agosto, as crianças não estão de férias? No entanto, as atividades são unicamente na vila de Montalegre. Que atividades estão pensadas para as crianças do Baixo Barroso, ou haverá a desculpa de falta de fundos para o efeito?

Se é o caso, comecem a gerir melhor o dinheiro do erário público, que tanto custa a quem o trabalha. O Município de Montalegre gastou em projetos de arquitetura, engenharia e levantamentos topográficos, desde dezembro de 2010 até à presente data, segundo o site [base.gov.pt](http://base.gov.pt), pagou a inacreditável quantia de mais de um milhão e quinhentos mil euros mais IVA. Ouviram bem.

Ora a Câmara, tem engenheiros, tem topógrafos, porque se pagam projetos dessa natureza a empresas privadas? Se não tem arquiteto e dado que a maioria são projetos de arquitetura, o mais sensato seria a câmara ter um arquiteto, certo?

Reparei inclusivamente, que uma das empresas, mais concretamente a GEADAS, lda, tem um total de 37 adjudicações no [base.gov.pt](http://base.gov.pt), 21 das quais ao Município de Montalegre, e só no prazo de dois meses foram 5 ajustes diretos, pergunto novamente, não seria mais sensato a Câmara ter um arquiteto permanente? Talvez não dê jeito nenhum.

Constatei que muito dos projetos solicitados, nem saem do papel, no entanto sai do cofre da autarquia, o povo paga. É o caso do posto da GNR da Venda Nova, trinta e



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

cinco mil euros, o caso do ginnodesportivo de Salto. Constatei também que existem, vários casos, de dois projetos com a mesma finalidade, para o mesmo edifício, em datas diferentes e distantes. É o caso da escola primária de Salto, entre outros.

A isto chama-se má gestão e irresponsabilidade no uso do dinheiro público.

Invistam nas crianças, nos jovens, nos empreendedores e nos idosos.

Projetos feitos para propaganda do executivo e do partido socialista, não criam emprego, nem travam a desertificação. Assinado, a deputada municipal Sandra Gonçalves.”

A deputada Iva Rebelo entregou o seguinte documento à Mesa: “O assunto que trago hoje e para não variar é o mesmo, saneamento. Para quando Sr. Presidente? Quando vai esta autarquia começar a pensar e preocupar-se realmente com o meio ambiente? Não há dinheiro, é isso? Já chegou à conclusão que o problema é simples de resolver, o que falta é dinheiro e esse também é fácil de resolver. Já que são astutos o suficiente para redirecionar outras verbas, vejam bem: campo de tiro/ bunker/ aterro/ campo experimental para estudo de crescimento de gestas, como lhe queiram chamar, 300.000,00€; projetos relacionados com as piscinas municipais, 143.900,00€; projeto do estádio GD de Salto, 45.000,00€; Projeto Ginnodesportivo de Salto, 33.100,00€; projeto do pavilhão multifunções de Salto, 24.990,00€; Posto da GNR da Venda Nova, 35.000,00€. 681.990,00€ investidos para estarem na gaveta, é preciso rever essas prioridades, saneamento não controlado é um problema de saúde pública.

Sempre podem dizer que o saneamento não é uma prioridade imediata, mas reparem que nós, como deputados desta assembleia, temos o dever de fiscalizar, na assembleia nº1 de 26 de fevereiro de 2018, foi aprovado por maioria o regulamento de serviços de saneamento e águas residuais urbanas, como acredito que todos leram e são conhecedores do que se aprovou vou ler apenas dois artigos, o artigo 25º e 26º. Agora digam-me, isto está a ser cumprido? Deixo à vossa consciência. Assinado, a deputada municipal Iva Rebelo.”



## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE**

O deputado Nuno Pereira disse que o problema da natalidade não se resolve com 1.000,00€. Esta proposta tem carácter propagandístico e partidário. O que poderá resolver o problema da natalidade prende-se com questões de desenvolvimento muito complexo e completo de todo o interior do País que falta fazer, não por culpa das autarquias, mas sim do Governo central. Évora não tem problemas de natalidade porque houve um Primeiro-ministro que decidiu que uma multinacional se iria instalar lá. São precisas políticas assertivas, positivas e interventivas do Governo Central que é quem desloca e condiciona os investimentos ou benefícios fiscais, associados ao investimento ao local das zonas periféricas que precisam de investimento.

Sobre a proposta apresentada pelo Presidente do PSD nacional, disse que, para pessoas que entendam minimamente sobre economia e economia social, é uma proposta vergonhosa.

Sobre a distribuição das verbas das rendas da EDP pelas freguesias invadidas pelas águas da barragem referiu que se esqueceram da Vila da Ponte. Vila da Ponte não está banhada pela barragem, é certo. Mas a barragem da Venda Nova, quando bombeia a água para a barragem dos Pisões e vice-versa, o túnel passa pela Vila da Ponte e secou todas as fontes. Toda a água que estava naquela trajetória desapareceu. A oposição faz propostas sem conhecimento. O que está em causa é que o concelho é uma unidade solidária e é enquanto unidade solidária que deve olhar para o concelho. Falou das comemorações do dia do Município e da atribuição do prémio literário Dr. Bento da Cruz. Uma iniciativa de qualidade e louvável e que preserva os valores culturais do concelho. Bem hajam.

Lamentou a falta notória de muita gente que abre todos os dias a boca para falar de questões de desenvolvimento, mas, no momento em que tem que confrontar as suas perspetivas e ouvir as perspetivas alheias, faltou. Acha estranho que quase a totalidade das pessoas que levantam o problema do desenvolvimento tenham questões inadiáveis na mesma altura. Ressalva-se apenas o deputado Acácio Gonçalves que esteve presente e que ouviu coisas relevantes. E relevante é o contrário do que o deputado Duarte Gonçalves propôs, que é o facto de esta discussão não ser marcada pela endogamia. Pessoas de fora vieram trazer conhecimento e fundamentalmente novos paradigmas de abordar o problema do interior, da desertificação e das



## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE**

oportunidades de desenvolvimento. Esta iniciativa dignificou o concelho e a celebração do dia do Município.

Realçou que estão em perspetiva investimentos volumosos na área dos produtos minerais que abarcam os concelhos de Montalegre e Boticas que podem funcionar como uma âncora de desenvolvimento e que podem trazer outras iniciativas empresarias. Contudo, a questão das acessibilidades é uma questão gritante que pode prejudicar, não a exploração mas o possível investimento nesses recursos. Neste sentido, a Câmara Municipal de Montalegre tem o dever de ir acompanhando os investimentos na área do lítio e as questões das acessibilidades.

O deputado Jorge Lestra disse que o apoio de 1.000,00€ à natalidade pode ser pouco dinheiro, mas é sempre uma ajuda para famílias mais carenciadas.

Propôs que fosse criado um centro de dinamização empresarial para jovens empresários que queiram investir no nosso concelho. A Câmara disponibilizaria um espaço aos jovens que estivessem a iniciar a sua atividade, mediante uma contribuição reduzida, permitindo assim a criação de algumas empresas jovens, mantendo os jovens no concelho e aproveitando os seus conhecimentos em prol do desenvolvimento.

O deputado João Carlos Rodrigues entregou o seguinte documento à Mesa: "Hoje trago a esta Assembleia a degradação de um serviço que em muito prejudica os portugueses e os barrosões em particular.

Os CTT que tem vindo a merecer crítica geral, de todos os setores, pelo incumprimento do serviço público que lhe cabe.

São os sindicatos, os trabalhadores e principalmente os utentes do serviço, mas já a Assembleia da República tem feito reparos ao serviço prestado pela empresa.

A ANACOM, o regulador, vai lançar no início do próximo mês novos indicadores estabelecidos para garantir a qualidade do serviço, esta mesma entidade já anteriormente confirmou o incumprimento dos CTT.

É certo que a questão da privatização dos CTT esteve em causa na vigência de várias legislaturas e por vários executivos, mas é o anterior governo o principal responsável



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

pela entrega de um serviço público a privados, de forma imponderada e lesiva para os portugueses.

Foi privatizada, visa o lucro dos investidores, é certo, mas esse não é o problema. O problema é que a empresa assumiu garantir um serviço público, e não está a cumprir.

A redução do pessoal, o encerramento de estações, até a exploração dos agenciados são questões graves que provocam a deterioração do serviço.

Dou aqui alguns exemplos de serviço local e as suas deficiências, que resumia:

1-No serviço de distribuição postal há 5 carteiros e 2 agenciados, quando já houve nove para a mesma área;

2-A viatura que faz chegar o correio a Montalegre para distribuir no concelho, chega sempre com atraso de 50 a 90 minutos, diminuindo assim o tempo dos giros para distribuição;

3-Há muitas aldeias no concelho, embora de forma alternada, que chegam a ter distribuição postal apenas uma vez por semana;

4-Há dias, uma instituição de Montalegre enviou comunicações via CTT, em Montalegre numa terça-feira e algumas dessas cartas apenas foram entregues na segunda-feira seguinte

5-O selo para uma carta custa 0,53E, mas para ter garantia de entrega em tempo oportuno, como deveria ser a prática, é preciso recorrer ao serviço CTT expresso MS, onde o custo varia consoante o peso, para uma simples expedição de um documento com meia dúzia de folhas o custo anda entre os 10 a 20 euros;

6-São frequentes as trocas do destino de encomendas e de remessas incompletas. Muitas vezes há pessoas e empresas a aguardar encomendas e a encomenda foi para outro lado e, outras vezes, vem cá ter a que não devia;

É este o serviço que temos, que mostra uma exploração financeira clara e o prejuízo do serviço público no concelho de Montalegre, e que se tem agravado nos últimos tempos.

Elevando também o investimento que as juntas de freguesia são obrigadas a fazer a melhorar edifícios ou em construção para garantirem a qualidade do serviço que devia caber àquela empresa.



## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE**

Assim, solicito, ao senhor Presidente da Câmara que esclareça estas e outras anomalias e que exija aos CTT o serviço de qualidade que é obrigado a assegurar e a que os nossos munícipes têm direito. Assinado, o deputado municipal João Carlos Rodrigues”

O deputado Pedro Barroso entregou o seguinte documento à Mesa: “Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal e restante Mesa, Exmos. Sr. Presidente da Câmara e Senhores Vereadores, caros colegas.

Em primeiro lugar, sobre os incentivos à maternidade, quero dizer que concordo em absoluto com aquilo que o meu colega José João disse. E dá-me a impressão que certas pessoas, que vivem “bem”, não conhecem a realidade do nosso concelho, onde infelizmente ainda há muita pobreza e muitos filhos não planeados. E se é verdade que mil euros não vão resolver o problema da baixa natalidade (mas até já há concelhos a darem 5 mil euros), são uma ajuda muito importante, para os poucos bebés que ainda vão nascendo no nosso concelho. Também temos a noção que esta Câmara nunca irá implementar uma medida destas por ser uma proposta da oposição, mas pelo menos deveria rever o regulamento já existente, de apoio à família, e começar a apoiar as famílias carenciadas logo no primeiro filho e não apenas a partir do segundo como acontece atualmente. E lembro que já foi apenas o terceiro, mas devido à contestação da oposição, alterou-se para o segundo.

Sobre o Lítio queria esclarecimentos sobre o estado do processo pois já me constou que haverá um projeto algo megalómeno que pretenderá, inclusive, cortar uma estrada municipal. Sobretudo em Morgade vejo apreensão pois já se viram privados dos melhores terrenos para a Barragem, sem a devida compensação, e agora com o Lítio poderá acontecer o mesmo.

Em terceiro lugar queria perguntar se é normal que um ofício de pedido de documentos entregue na Câmara em 15/12/2017, passados seis meses ainda não tenha obtido resposta! Este ofício prende-se com o contrato de prestação de serviços da empresa Plano Animal, que recentemente foi renovado com o Município, de fiscalização dos produtores de pequenos ruminantes candidatos ao apoio financeiro que a Câmara dá. Genericamente queria uma justificação plausível para um



## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE**

investimento tão grande (cerca de 1000 euros + Iva por mês) numa fiscalização que nem o Veterinário Municipal, nem os funcionários das Associações e Cooperativa entendem, e muito menos os produtores de pequenos ruminantes. Não acho aceitável e onera muito o município. Como já disse em anterior Assembleia Municipal, pelo menos metade deste valor podia ser investido para aumentar o apoio aos produtores (afinal esta foi a grande bandeira das eleições para o anterior mandato) e a outra metade entregar diretamente às Associações e incumbir-lhe a fiscalização, pois são entidades idóneas e com competência para efetuar este serviço. Assinado, o deputado municipal Pedro Barroso”.

O deputado Manuel Rebelo disse que assistiu aos discursos do Presidente da Câmara e ficou desiludido quando este disse que a estrada para Chaves é totalmente financiada pela autarquia. É um erro da gestão do Partido Socialista. O projeto foi começado pelo PSD há 28 anos atrás. Tiveram tempo para a candidatar a fundos comunitários. Disse ainda que o acesso principal à rede nacional de autoestradas é por Casas Novas.

Disse que o Presidente da Câmara não pode dizer que a rede de saneamentos está a chegar ao fim. Ainda há muito trabalho a fazer e é um investimento que não pode parar.

O deputado Rui Cruz entregou o seguinte documento à Mesa: “Cumprimento o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia e restantes membros da Mesa, cumprimento também o Sr. Presidente da Câmara, os Sr.(s) Vereadores e os demais presentes.

Começo por felicitar o Município, na pessoa do Sr. Presidente, pelos eventos que promoveu no feriado municipal, em especial a conferência que se realizou no pavilhão multiusos “Os desafios do presente na construção do futuro”. Felicitá-lo não só pelas temáticas debatidas que são pertinentes e atuais, e que nos obrigam a refletir que futuro queremos para a nossa região, mas também pela qualidade das intervenções dos oradores convidados.

Não vou repetir o que lá foi dito, no entanto, o diagnóstico já foi feito várias vezes e a realidade do território é preocupante.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Mais uma vez ficou bem claro que o problema da diminuição de população não é só um problema do concelho de Montalegre, como alguns tentam fazer querer, mas sim um problema nacional bem como de toda a Europa.

Repito, a diminuição da natalidade e a perda de população é um problema transversal a todo o interior do país e a toda a Europa. As causas estão mais que identificadas (falta de emprego, encerramento de serviços públicos, entre outras). É urgente mudar as políticas do poder central que têm sido sempre em contra ciclo, quando é necessária a presença do estado no interior, lá vêm os tecnocratas que mandam fechar serviços públicos esquecendo-se que a seguir são os privados a fazer o mesmo.

O nosso governo e em especial o primeiro-ministro, António Costa, com a experiência de um ex-autarca, começam a dar sinais de que os tempos estão a mudar e o tema da desertificação do interior passou a ser um desígnio nacional, reflexo disso, são as políticas de descentralização que estão a ser desenvolvidas, como a transferência de competências do estado para o poder local e a reabertura de vários serviços públicos nos municípios do interior onde outros levemente tinham encerrado.

Temos obrigação de tirar o máximo proveito destas políticas de descentralização.

Nesse sentido, proponho que a autarquia crie uma comissão para negociar com o governo central e propor que a sede do Parque Nacional da Peneda Gerês juntamente com a da Divisão do ICNF, sediadas em Braga, sejam transferidas para o município de Montalegre.

Não faz sentido que, passados 47 anos após a sua criação, a sede do único Parque Nacional do país continue localizado num município que não faz parte do mesmo.

O Parque Nacional da Peneda Gerês abrange cinco municípios, sendo o de Montalegre o que contribui com maior área (1/3) e é aquele que se situa mais no interior do país. Estes fatores, no meu entender, são importantes para que o nosso município possa chamar a si esta pretensão.

Certamente que não vai ser fácil, nem será de um dia para o outro que uma medida destas se concretiza, levará o seu tempo, no entanto, todos reconheceram que será uma lufada de ar fresco para revitalizar o nosso concelho e novas oportunidades surgirão, em suma, um desígnio municipal supra partidário. O Concelho precisa e os Barrosões merecem. Viva Barroso, disse. Assinado, o deputado municipal Rui Cruz”.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Inscreveram-se para segunda intervenção os deputados Duarte Gonçalves, Nuno Pereira e Pedro Barroso.

O deputado Duarte Gonçalves disse que a proposta de apoio à natalidade foi feita com a vontade de colaborar. Sabe que não é com 1.000,00€ que se resolve o problema. Não se trata de incentivar carenciados a ter filhos. É um apoio às famílias que gastam dinheiro na economia local. Tem a ver com questões de competitividade. As propostas têm que ser feitas de forma séria e a oposição faz a sua quota parte.

Elogiou a intervenção feita pelo deputado municipal Rui Cruz.

Quanto à proposta feita pelo PSD sobre as barragens, disse que esta é para ser debatida e discutida pois tem como base a elaboração de um regulamento municipal. Não se trata de um documento fechado.

O deputado Nuno Pereira disse que não discorda do deputado Duarte Gonçalves pois querem a mesma coisa, mas com perspetivas diferentes. Não tem nada contra o facto da autarquia dar 1.000,00€ por cada nascimento, mas não podem dizer que é para combater a desertificação. A Câmara tem um regulamento da solidariedade social e que apoia as pessoas carenciadas. A atribuição desse dinheiro é um jogo hipócrita. Na altura em que ele estava a estudar em Braga, iam dois autocarros cheios de gente e hoje vão vazios. Nessa altura, os governantes não se preocuparam em arranjar soluções para que essas pessoas se fixassem no concelho. As pessoas que hoje querem atribuir dinheiro para o incentivo à natalidade são as mesmas pessoas que apoiam Governos que fecham serviços do Estado nas zonas de interior. Primeiro de tudo tem que se promover condições de vida e o Estado tem essa obrigação.

O deputado Pedro Barroso prescindiu do uso da palavra.

O Senhor Presidente da Câmara disse que as obras dos saneamentos estão numa taxa de execução na ordem dos 80% e o concelho está todo abastecido com água de qualidade. Devia fazer-se uma visita ao concelho para se ver quais os saneamentos



## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE**

que foram feitos e admitiu que separar as águas pluviais das águas residuais custa muito dinheiro.

Informou que o Tribunal de Contas deu luz verde para que a Escola Dr. Bento da Cruz fosse intervencionada no valor de 1,5 milhões de euros. O PSD de Montalegre se está tão preocupado com esta questão, podia, nas reuniões de assembleia municipal ou nas reuniões de Câmara, questionar o executivo sobre o que se passa com o atraso no arranque da obra. Não precisavam de incomodar a Senhora Deputada Manuela Tender que levou o assunto à Assembleia da República, questionando o Senhor Ministro porque é que a Câmara de Montalegre não andava com as obras da Escola. Era tudo mais simples e não se faziam figuras tristes.

Vangloria-se com o que fez e continua a fazer no parque escolar do concelho.

Sobre a atribuição de apoios à natalidade, disse que não copiam modelos de outras paragens. A Câmara de Montalegre inova e cria. As bandeiras do PS são outras. É trabalhar com pragmatismo, racionalidade, honestidade e seriedade. É promover o território, apoiar a atividade produtiva local, preservar o ambiente, servir a população de forma criteriosa e séria, aproveitar ao máximo os fundos comunitários, o que obriga a um aperto financeiro enorme, dotar o território das estradas de que precisa e preservar a floresta.

A Câmara de Montalegre investe mais de um milhão e meio de euros em apoios sociais à população e particularmente à natalidade. É o caso do apoio ao segundo e terceiro filhos até aos 12 anos que, no caso de terem o 1º escalão, recebem 4.320,00€, no caso de terem o 2º escalão recebem 2.880,00€, o fornecimento das fichas de atividades ao 1º ciclo que soma perto de 50,00€ por aluno, a creche gratuita a todas as crianças que tenham 1º e 2º escalão, refeições gratuitas, apoio à família com almoço e prolongamento gratuitos, transporte gratuito para todos os portadores de deficiência, transporte gratuito para todas as crianças até ao 9º ano, transporte a 50% para todos os alunos do nível secundário, sendo totalmente gratuito para o 1º escalão, as intervenções feitas na habitação social minimizando as dificuldades e as carências habitacionais que ainda são gritantes no concelho e que para aí são canalizadas muitas energias. Pensa que esta responsabilidade deve ser transversal a todos os partidos. O problema da desertificação está-se a discutir com 40 anos de atraso. Relembrou que



## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE**

durante a sua longa vida política, em todas as suas intervenções, anunciou o que iria acontecer. Desta forma se decidiu organizar um colóquio para debater “Os desafios do presente na construção do futuro” e agradeceu a presença do deputado Acácio Gonçalves.

Disse que a obsessão de fazer política destrutiva faz com que se perca a elegância, o rumo, o desatino e se digam as maiores barbaridades.

Disse que a Câmara Socialista sabe fazer planeamento e gestão. Teve o 2º lugar honroso nas contas públicas a nível nacional, não tem dívidas, há celeridade no pagamento de faturas, muitas obras em andamento e muito trabalho entregue a empresários locais.

Sobre os dez mil euros anunciados pelo líder do PSD, foram logo contestados pelos varões do seu Grupo Parlamentar, uns porque não foram ouvidos, outros porque não concordam e porque sabem que não resolve absolutamente nada. Deveriam implementar uma rede nacional gratuita de creches para todas as crianças e aí os pais até poderiam optar por ter mais filhos.

Sobre as rendas da EDP, disse que se faz uma política de solidariedade e subsidiariedade, com o objetivo de uma maior coesão e harmonia social. Faz política de gestão de um bolo que não cresce e que tem que chegar a todo o lado. O orçamento é municipal e não é dividido em tranches.

Referiu que deveria denunciar o diretor de um jornal que anunciou que o Presidente da Câmara foi incriminado em Tribunal. Não o vai fazer pois pensa que é tempo perdido e dinheiro mal gasto, mas custa-lhe ouvir isso quando nunca foi sequer ouvido nem intimidado a depor em Tribunal. É a forma que o PSD tem de fazer política. Uma política destrutiva e que não leva a lado nenhum. Esse tal jornal deveria era falar de Barroso ter recebido a honra de ser classificado como Património Agrícola Mundial. Só que sobre isto nada disse. Não dá para o enxovalho, razão pela qual não lhe deram eco.

Concordou com a intervenção do deputado João Soares quando este disse que a Borralha é uma porta de entrada do concelho e anunciou que há candidaturas ao PROVERE para que se continue a valorizar as Minas da Borralha. Louvou o trabalho que a Dra. Sofia Dias tem vindo a fazer no Ecomuseu na Borralha.



## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE**

Sobre a intervenção feita na estrada de Vilar, foi posta na altura própria ao empreiteiro a questão que, entretanto, foi ultrapassada.

Disse que uma Câmara que não tenha projetos em carteira perde a oportunidade de os ver financiados e os engenheiros da Câmara não os podem fazer. Podem apenas avaliar e analisar.

Disse que o Senhor Secretário de Estado da Energia vem à Sexta 13 e inaugurar a rede de gaz natural e dirá alguma coisa sobre a questão do lítio. Ainda ontem mandou um convite para que o Município de Montalegre estivesse presente, no dia 28 de julho, na cerimónia de assinatura de contrato para atribuição de concessão de recursos minerais em Montalegre. Disse ainda que irá realizar-se, no mesmo dia, no Forte São Francisco, em Chaves, um debate sobre o Plano Estratégico para o Alto Tâmega. Convida todos a participar.

Disse que o Movimento pelo Interior apresentou as conclusões do trabalho feito no Museu dos Coches em Lisboa quando deveria ter sido feito no interior.

Sobre o lítio disse que as suas preocupações são de âmbito ambiental. E só faz sentido usarem os nossos recursos se os lucros ficarem no concelho e no País.

Relativamente à proposta apresentada pelo deputado Rui Cruz, referiu que é uma excelente proposta e que todos temos o dever de trabalhar nela.

Sobre o centro de acolhimento empresarial e de dinamização cultural, previsto para a central de camionagem, referido pelo deputado Jorge Lestra, informou que esta exige uma intervenção que custa 800 mil euros e só tem 300 mil garantidos pelo Norte 2020. Quanto aos CTT, disse que não sabe onde é que a empresa e os seus serviços vão parar. Se fosse Presidente da Junta faria boicote pois educadamente se vai fazendo política com uma empresa que não tem concorrência no país, que tem altíssimos lucros. Pagamos os desmandos do Governo do PSD e de Passos Coelho, como fez com a TAP, a ANA, a EDP e a banca.

Sobre os 11 mil euros pagos por ajuste direto referidos pelo deputado Pedro Barroso, disse que foram pagos a uma empresa credível, que presta um bom serviço e que pôs ordem na atribuição de subsídios.



## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE**

Disse que a toponímia é da responsabilidade das Juntas de Freguesia e estas propõem à Câmara para que esta aprove.

Referiu que, na vinda do Senhor Primeiro Ministro a Montalegre, apenas lhe disse que a estrada até aos limites do concelho estava a ser feita por conta da autarquia. A estrada de Vilar, de facto, tinha projeto, que não é o existente, pois o PSD ia deixar Vilar de Perdizes fora da estrada. O PS teve a coragem de o alterar com pragmatismo. Não há dinheiro para estradas pois o quadro comunitário está mal formulado e isso deve-se ao Ex- ministro Poiares Maduro e ao Primeiro-ministro Pedro Passos Coelho.

Inscreveram-se para esclarecimentos os deputados Duarte Gonçalves, Sandra Gonçalves, Manuel Rebelo, Nuno Pereira e Pedro Barroso.

O deputado Duarte Gonçalves disse que não é convidado para atos formais. Tem conhecimento deles através das redes sociais.

Disse que há muitos projetos sem continuidade, mas trata-se de uma questão de prioridades.

A deputada Sandra Gonçalves disse que se a oposição anda atrás da cabeça do Presidente da Câmara é porque ele exerce este cargo. Disse ainda que é pena que Montalegre não copie exemplos de concelhos vizinhos porque os outros crescem e Montalegre não.

Disse que não pode estar presente nas comemorações do dia do Município porque não tem possibilidade de estar em todo o lado.

O deputado Manuel Rebelo lembrou que a reestruturação da vila de Montalegre foi feita no mandato de 2009/2013 e deixaram as águas de nascentes metidas nos saneamentos.

Disse que o Partido Socialista teve 26 anos para candidatar a estrada de Vilar aos fundos comunitários. Se não o fez é porque não sabe o que anda a fazer, são uns irresponsáveis.



## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE**

O deputado Nuno Pereira falou sobre as freguesias hipoteticamente beneficiadas pelas rendas da EDP e disse que gostava de saber onde é que concretamente gastam esse dinheiro pois os munícipes não percebem onde realmente é investido o dinheiro e se há justiça na sua distribuição. O pior que pode existir é pensar bem com factos errados e concluir mal a partir de factos certos. Devemos ter essa moralidade imposta e olhar para o Município como uma totalidade solidária.

O deputado Pedro Barroso entregou o seguinte documento à Mesa: Ainda sobre a natalidade, concordo que uma das medidas mais importantes para aumentá-la é apoiar mais as mães. E sobre isso tivemos na última Assembleia Municipal uma proposta da deputada Sandra Gonçalves para criação de uma sala de creche em Salto, uma vez que não existe apoio nessa área para as mães trabalhadoras e foi um bocado menosprezada pelo Município.

Acerca da comparação entre saneamentos feitos agora e há mais de 30 anos, queria perguntar ao Sr. Presidente se a sua casa feita há mais de 30 anos está tão modernizada e tem tanta tecnologia como a sua casa feita há 3/4 anos.

O Sr. Presidente disse que o PSD podia ter enviado um ofício ou carta à Câmara para saber como estava o processo das obras de renovação da Escola Bento da Cruz em vez de ir para a Assembleia da República. Mas ainda hoje na minha primeira intervenção mostrei a celeridade e vontade que este executivo responde aos ofícios que lhe são dirigidos pela oposição.

Para terminar, concordo que deve haver solidariedade entre freguesias, e as ocupadas com barragens também, mas parece-me que esta Câmara padece de um grave problema: Pede descentralização aos sucessivos governos mas ela própria é centralista no concelho. Por exemplo, quando recebeu os primeiros cheques da renovação das rendas da EDP e das eólicas, foi investir esse dinheiro no Parque do Rio da vila e não nas aldeias que geraram essas receitas, algumas, por exemplo, ainda sem saneamento. Assinado, o deputado municipal Pedro Barroso.”



## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE**

O Senhor Presidente da Assembleia disse que a afirmação feita pelo deputado Manuel Rebelo sobre as águas de nascentes canalizadas para os saneamentos é mentira. As águas foram e são canalizadas para a rede de águas pluviais.

O Senhor Presidente da Câmara disse que há projetos que custam umas dezenas de milhares de euros para que possam ser candidatos aos fundos comunitários. Muitas das vezes não há garantias de que o projeto venha a ser participado. Mas o problema da oposição não é a obra nem o projeto. O problema é associarem a obra ao empreiteiro.

### **4 – Período da Ordem do Dia:**

#### **4.1. Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25º, e n.º 4, do artigo 35.º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;**

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.

#### **4.2. Relatório de Contas Consolidadas – 2017;**

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados Duarte Gonçalves e Acácio Gonçalves.

O deputado Duarte Gonçalves disse que a bancada do PSD se abstém.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O deputado Acácio Gonçalves disse que a aprovação do relatório de contas consolidadas é da responsabilidade da Assembleia Municipal e como tal parecia mal não dizer nada.

Disse que a EHATB faz as festas, deita os foguetes e apanha as canas. O Senhor Presidente da Câmara, como um dos acionistas daquela empresa, devia levantar a voz por causa do dinheiro que esta empresa investe no concelho sem consentimento da Câmara. As minutas dos contratos programa elaborados entre a Câmara e a EHATB estabelecem normas, obrigações e responsabilidades. Estabelecem normas de melhorias de forma a garantir níveis de satisfação dos municípios. A EHATB nasceu para produzir energia, mas repentinamente alteraram os estatutos e agora são construtores, são investidores, são tudo. Segundo o que se lê nos estatutos podem fazer de tudo um pouco. Tiram dinheiro dos lucros da empresa e investem nos concelhos em caminhos agrícolas e obras que eles próprios anunciam, sem darem conhecimento, sem que a Câmara os fiscalize. É tudo feito na surdina. Isto é o que se chama de desviar dinheiro com braços de cera. O dinheiro deveria vir diretamente para a autarquia e esta distribuir conforme as necessidades.

O Senhor Presidente da Câmara disse que nunca tinha ouvido a expressão “desviar dinheiro com braços de cera”. Não há nada feito em surdina. Fica mal fazer política alicerçada na suspeita. É feio e não dá resultado. Os contratos-programa com a EHATB são trazidos à Assembleia onde são votados e dele constam as obras que a Câmara Municipal de Montalegre delega na EHATB. O escopo principal da EHATB não é a produção de energia elétrica. É a promoção do desenvolvimento rural. É assim que rezam os Estatutos. É assim que tem de se proceder.

**Deliberação:** Apreciado e aprovado por maioria, com nove abstenções dos deputados Duarte Gonçalves, José João Moura, Sandra Gonçalves, Iva Rebelo, Pedro Barroso, Acácio Gonçalves, José Fernando Moura, Manuel Rebelo e Jorge Lestra.



## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE**

### **4.3 Informação relativa aos compromissos plurianuais assumidos no ano económico de 2018/ Artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei n.º 22/2015;**

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.

### **4.4. Pedido de apoio financeiro, formulado pela Junta de Freguesia de Ferral, destinado a suportar a despesa com a realização do programa do Evento Misarela 2018;**

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

**Deliberação:** Aprovado por unanimidade.

### **4.5. Pedido de apoio financeiro, formulado pela União de Freguesias de Viade de Baixo e Fervidelas, destinado a apoiar as despesas com as obras de remodelação da Extensão de Saúde de Viade de Baixo;**

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

**Deliberação:** Aprovado por unanimidade.



## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE**

### **4.6. Pedido de apoio financeiro, formulado pela freguesia de Santo André, destinado a apoiar as despesas com as obras de beneficiação da Piscina de Santo André;**

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreeveu-se para intervir o deputado Pedro Barroso.

O deputado Pedro Barroso entregou o seguinte documento à Mesa: "Acho que toda a gente concorda com o investimento na Piscina de Santo André, uma vez que tem muito movimento no Verão e sabemos bem os problemas que padecem as piscinas de Montalegre que continuam fechadas, há vários anos e depois de um investimento tão grande neste equipamento.

Ainda assim alerto que ainda há menos de um ano foi feito outro pedido ao Município, aprovado por esta Assembleia, com o mesmo propósito de melhoria das condições das piscinas em Santo André, e espero que isso não constitua nenhum problema legal nem para a Junta de Freguesia, nem para nós que aprovamos estas transferências. Assinado, o deputado municipal Pedro Barroso".

**Deliberação:** Aprovado por unanimidade.

### **4.7. AMAT/ Relatório de Gestão e Contas / Ano financeiro 2017;**

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.

### **4.8. CIM Alto Tâmega / Relatório de Gestão e Contas / Ano financeiro 2017;**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreeveu-se para intervir o deputado Acácio Gonçalves.

O deputado Acácio Gonçalves disse que o relatório da CIM é um documento engraçado, pois desconhecia que os dois maiores empregadores da região do Alto Tâmega são a ADRAT e a ACISAT. Fica na dúvida.

No referido relatório diz que de 2015 a 2025 vão ser investidos cerca de 53 milhões de euros no Alto Tâmega e a Câmara Municipal de Montalegre é a segunda maior contemplada, a seguir a Chaves. São nove milhões de euros para Montalegre e perguntou se já há uma planificação para o seu investimento e quais os projetos em vista. Sabe que isso depende de seis técnicos que estão a analisar esses projetos e também não sabe como foram recrutados.

O Senhor Presidente da Câmara disse que o relatório em si não suscitou dúvidas nenhuma. Mas esclareceu que a ADRAT é uma associação de desenvolvimento regional que dá apoio às Associações, Juntas de Freguesia e Câmaras Municipais em candidaturas a projetos, como é o caso de um viveiro de trutas para o rio Cávado para povoamento dos nossos rios, outro no Torrão da Veiga em Salto e outro nas Minas da Borralha.

Falou do Pacto Territorial do Alto Tâmega e disse que a CIM desenvolve ela própria projetos ou candidaturas que são financiadas e de que as autarquias beneficiam, nomeadamente no âmbito do empreendedorismo, do emprego e de partilhas de investimento.

Elogiou o 1º secretário técnico da CIM pela forma como se relaciona e se articula com as pessoas e as instituições.

A Assembleia tomou conhecimento.

### **5 – Período após a ordem do dia.**



## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu o período destinado à intervenção do público, não se tendo verificado qualquer inscrição.

Tendo em conta a necessidade de dar cumprimento às deliberações tomadas na presente sessão, foi esta minuta lida em voz alta.

A minuta desta ata foi posta à votação tendo sido aprovada por maioria com oito votos contra dos deputados José João Moura, Duarte Gonçalves, José Fernando Moura, Iva Rebelo, Sandra Gonçalves, Acácio Gonçalves, Manuel Rebelo e Pedro Barroso, nos termos do disposto no n.º 1 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou a Assembleia que, terminada a discussão da ordem do dia e não havendo público que manifestasse vontade de intervir, estava encerrada a sessão.

### **O Presidente da Assembleia**

---

Fernando José Gomes Rodrigues

### **O 1º Secretário**

---

Manuel da Silva Carvalho  
Vinhas

### **O 2º Secretário**

Olímpia Maria Caldas Fernandes